

Educação Popular na Agricultura Familiar: relato de experiência de ações de extensão universitária na formação médica

Popular Education in Family Agriculture: university extension action in medical training

Jane Kelly Oliveira Friestino

Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-5432-9560>

Ana Paula Barasuol Rodrigues

Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-4447-4008>

Graciela Soares Fonsêca

Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-9506-0409>

Leonardo Moreira Damasceno

Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-6606-2621>

Fabiano Geremia

Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, SC, Brasil
<https://orcid.org/0000-0001-8263-5795>

Resumo: O Programa de Extensão Educação Popular, gestão e sustentação das organizações da Agricultura familiar constitui-se como um espaço para a Promoção da Saúde e para a inclusão de novos cenários pedagógicos aos estudantes. Nesse cenário, destacam-se as ações de prevenção e de promoção de saúde como essenciais para impactar favoravelmente a qualidade de vida da população, além de realizar uma conexão entre educação popular, agricultura familiar e saúde no campo. Objetivo: Relatar a experiência de desenvolvimento das rodas de conversas sobre temas diversos, com enfoque na alimentação saudável, realizadas com a população rural residente na área de abrangência de uma Unidade Básica de Saúde, local de práticas de formação do curso de medicina. Metodologia: As atividades ocorreram por meio da realização de rodas de conversas com lideranças e multiplicadores relacionados à agricultura familiar, em que os acadêmicos do curso de medicina de uma universidade pública da região Oeste de Santa Catarina, com temas relacionados ao cuidado com a saúde e com a alimentação. Processos avaliativos: O processo avaliativo foi estabelecido na dialogia: base-formador/multiplicador-coordenação pedagógica e articuladores políticos. Com isso, foram

exercitados os princípios de formação democrática, equidade construtiva e adequações sistemáticas, de modo a agilizar os ajustes necessários e minimizar possíveis falhas que poderiam ocorrer na execução da proposta. Conclusões: As ações realizadas foram importantes tanto para o desenvolvimento regional como para a construção e disseminação de conhecimentos sobre alimentação e saúde para a prevenção de doenças crônicas.

Palavra-chave: Saúde Coletiva; Medicina; População rural.

Abstract: The Popular Education Extension Program, management and support of family farming organizations, constitutes a place for Health Promotion and for the inclusion of new pedagogical scenarios for students. In this context, prevention and health promotion actions stand out as essential to favorably impact the quality of life of the population. In addition, this is linking between popular education, family farming and health in the countryside. Objective: This aimed to experience report of the circles of conversation about various topics, with focus on healthy eating, carried out with the rural population residing in the area covered by basic health unit, that is a place for training medical practices. Methodology: The activities happened through the promotion of conversation circles with leaders and multipliers related to family farming, who's the students of the medical course of a public University in the Western region of Santa Catarina conducted, with themes related to health care and the health eating. Evaluation processes: The evaluation process was established in the dialog: base-trainer/multiplier-pedagogical coordination and political articulators. Besides, were used the principles of democratic formation, constructive equity and systematic adjustments were exercised, in order to streamline the necessary adjustments and minimize possible failures that could occur in the execution of the proposal. Conclusions: On the whole, the actions taken were considered important both for regional development and for the construction and dissemination of knowledge about food and health eating for the prevention of chronic diseases.

Keyword: Collective health; Medicine; Rural population

Introdução

A compreensão dos agricultores familiares como agentes políticos faz parte do cenário brasileiro recente e vem ganhando espaço ao longo dos últimos anos, concretizando a agricultura familiar como um segmento com identidade política, que reivindica a criação e o aperfeiçoamento de políticas públicas voltadas especificamente a sua realidade (PICOLOTTO, 2014). Daí a importância da formação de lideranças para continuar esse movimento que dá voz ao sujeito do campo, permitindo a exposição de suas necessidades que foram negligenciadas ao longo da história.

O Programa de Extensão Educação Popular, gestão e sustentação das organizações da Agricultura familiar constitui-se como um espaço para a promoção da saúde, visto que “um dos eixos básicos do discurso da promoção da saúde é fortalecer a ideia de autonomia dos sujeitos e dos grupos sociais”, rompendo com ações voltadas aos problemas já instalados e buscando melhorias de condição na vida humana e em suas relações com o meio (CZERESNIA, 2003, p. 01).

Além disso, a inclusão de novos cenários pedagógicos na graduação proporciona, de forma a tornar mais vívida a formação de novos profissionais e cidadãos, o exercício de práticas para provocar e estimular a reflexão sobre a dimensão sociopolítica, que envolve a apreensão do conceito ampliado de saúde (BISCARDE, 2014). Nesse sentido, ações de prevenção e promoção de saúde são essenciais para impactar favoravelmente a qualidade de vida da população, especialmente no que tange os fatores condicionantes e determinantes sociais da saúde, além de realizar uma conexão entre educação popular, agricultura familiar e saúde no campo.

Essa iniciativa pode ser considerada, ainda, como impulsora do desenvolvimento, pois a saúde é compreendida não apenas como um direito básico do cidadão, mas também como uma contribuinte em prol da progressão econômica local. A influência da saúde na economia regional ocorre de forma direta ao promover emprego, renda e investimento, e indiretamente ao melhorar a qualidade de vida no território. Ressalta-se que a valorização da saúde, da cultura e da educação é capaz de ampliar a geração de riqueza, além de beneficiar o crescimento sustentável e o engajamento político da população (NUSKE, 2017).

A ação de extensão relatada nesse trabalho foi desenvolvida por estudantes e docentes de um curso de medicina ofertado em uma universidade pública, com um *campus* situado na cidade de Chapecó que é referência para a região oeste de Santa Catarina. De acordo com o Censo Agro 2017, em torno de 84% dos estabelecimentos agropecuários de Chapecó possuem a agricultura familiar como prática agrícola e, juntamente com essa tipologia produtiva, o relatório aponta que mais de 82% dessas propriedades fazem uso de agrotóxicos no município, índice significativamente maior que a média nacional de 33% (IBGE, 2017).

Analisando o cenário da região Oeste de Santa Catarina – colonizada em prol do avanço da fronteira agrícola para o interior do país – identifica-se uma estrutura fundiária local baseada na baixa concentração de terras, na agricultura familiar e no agronegócio (NIEDERLE; GUILARDI, 2013). Além disso, pequenos criadores – especialmente de suínos e de aves – foram inseridos no processo de consolidação e expansão do modelo de agricultores familiares, denotando uma característica específica na ocupação do território (GRISA et al., 2020).

A oferta de educação superior para a região foi, por muitos anos, escassa em comparação com a capital do estado e outras cidades. Nesse contexto, foi criada, em 2009, uma universidade pública popular, sendo resultado da reivindicação de movimentos populares para melhoria da educação. Ela está localizada na região da fronteira sul, compreendendo o Sudoeste do Paraná, Oeste de Santa Catarina e Noroeste do Rio Grande do Sul. Vale ressaltar que o curso de medicina foi inserido na universidade por meio do Programa Mais Médicos (PMM), com início de funcionamento em 2015.

Assim, na referida universidade, a preocupação em atender as necessidades regionais tem sido algo constante na formulação de práticas de ensino e de ações de extensão universitária. A alimentação saudável e suas vertentes foi uma das temáticas elencadas pela população local, sendo revelada por meio de questionamentos feitos por Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) que atendem a população rural de Unidades Básicas de Saúde (UBS) que são cenários de práticas para estudantes de medicina, em diferentes momentos da formação.

Com isso, o objetivo do presente trabalho é realizar um relato de experiência das Rodas de Conversas sobre temas diversos, com enfoque na alimentação saudável, realizadas com a população rural pertencente à uma unidade básica de saúde, local de práticas de formação do curso de medicina de uma Universidade pública da região Oeste de Santa Catarina.

Metodologia

Trata-se de relato de experiência de uma atividade desenvolvida pelo Componente Curricular Regular (CCR) Saúde Coletiva V, do curso de medicina, em parceria com o Programa de Extensão: Educação Popular, gestão e sustentação das organizações da Agricultura familiar, durante o segundo semestre de 2019.

O CCR Saúde Coletiva V, ofertado no quinto período do curso de medicina, comporta 90 horas/aula, equivalendo a 06 créditos, divididos em: 02 créditos de vivências no Sistema Único de Saúde, 02 créditos de teoria e 02 créditos de atividades de pesquisa e/ou extensão; sendo todos eles desenvolvidos ao longo do semestre letivo. O CCR almeja realizar práticas de extensão com o intuito de fundamentar as práticas do campo da Saúde Coletiva, além de inserir os acadêmicos na comunidade e proporcionar o vínculo entre a instituição de ensino e a população.

Nesse sentido, um grupo de 04 estudantes, orientados por 01 docente do CCR, integraram as atividades do referido Programa de Extensão, por meio da atividade intitulada: Rodas de conversas sobre temas diversos em saúde envolvendo a população rural, em conjunto com a equipe de uma UBS do município de Chapecó, local de realização de atividades práticas do do CCR de Saúde Coletiva V.

O território de abrangência da UBS é dividido em 02 áreas, compreendendo 02 equipes de Saúde da Família e, embora esteja localizada na zona urbana da cidade, a maior parte de sua área de abrangência compreende a zona rural do município.

Foram realizados 02 encontros no formato de roda de conversa, com o objetivo de oportunizar um espaço de reflexão sobre qualidade de vida, proporcionando a troca de

saberes entre os acadêmicos e a população rural do município, totalizando a participação de 23 agricultores. Para o desenvolvimento das ações, participaram 04 ACS, 01 docente de saúde coletiva e 04 acadêmicos de medicina. O foco da ação desenvolvida foram os meios de produção de saúde, na qual foi utilizada a abordagem global do assunto: reflexões sobre o cotidiano alimentar e melhorias para a saúde individual e coletiva.

As ações fizeram parte do Programa de Extensão Educação Popular, gestão e sustentação das organizações da Agricultura familiar, atendendo o objetivo específico: “Articular as ações e conteúdos junto ao que já existe na proposta curricular dos cursos da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS), no campo da Saúde Coletiva e educação popular, para fortalecer ações interdisciplinares, aproximando os estudantes à realidade dos movimentos sociais”.

A ação de extensão no contexto regional

A abordagem do tema “Alimentação saudável” foi uma demanda das ACS responsáveis pelas microáreas situadas na zona rural da UBS em questão. O grupo de acadêmicos produziu um convite digital com a chamada “A população do campo se alimenta de forma mais saudável?”, divulgado para a comunidade por intermédio das ACS através das redes sociais.

Dentro das atividades práticas do CCR de Saúde Coletiva, outras ações semelhantes em propósito são realizadas nas áreas de abrangência das UBS onde as práticas são desenvolvidas. Além da população do campo em específico, outras ações de promoção de saúde são realizadas de modo focado em outras populações, como por exemplo, ações realizadas com crianças e adolescentes em idade escolar por meio do programa Saúde na Escola; ações de vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental; ações focadas na saúde do trabalhador; ações para pessoas com doenças crônicas não transmissíveis, como diabetes e hipertensão. No que diz respeito à promoção da alimentação saudável, ações com outras populações específicas também foram colocadas em prática, como por exemplo, com a população de pessoas privadas de liberdade no Complexo Prisional de Chapecó, e com alunos de diversas escolas do município. Tais ações têm como objetivo principal a promoção e proteção da saúde por meio do incentivo à alimentação saudável que possui impacto em diversos âmbitos da saúde do indivíduo.

A Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta (PNSIPCF) foi lançada em 2013 com o intuito de melhorar a qualidade da saúde ofertada às populações inseridas nesses territórios, identificando seus determinantes sociais e considerando-os no processo de saúde-doença. Dessa forma, é proposta a articulação entre a comunidade – com suas especificidades socioculturais – e a atenção, reconhecendo e valorizando os conhecimentos e as práticas tradicionais de cada região. Para a operacionalização, é sugerida

a realização de processos educativos baseados na educação popular em prol da integração de saberes (BRASIL, 2013). Percebe-se, então, a adequação à Política norteadora ao haver a inserção dos acadêmicos no ambiente rural, bem como na metodologia aplicada durante a intervenção e na temática abordada.

A alimentação saudável é um dos fatores protetivos contra o desenvolvimento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT), como hipertensão, diabetes e câncer, responsáveis por mais de 54% das mortes no país em 2018 (BRASIL, 2020). Além da alimentação inadequada, outros determinantes sociais são relevantes para a evolução desses agravos e possuem notoriedade no âmbito rural, como as desigualdades sociais, as discrepâncias no alcance aos bens e serviços, a baixa escolaridade e os entraves no acesso à informação. Nesse contexto, o Ministério da Saúde elaborou um Plano de Ações Estratégicas Para o Enfrentamento das DCNT com o objetivo de desenvolver métodos para prevenção e controle dessas doenças e para o fortalecimento dos serviços de saúde. Algumas das propostas para sua execução são as ações de educação e comunicação em saúde não somente para ampliar ações de promoção na atenção básica, mas também fortalecer a autonomia e o autocuidado para portadores de DCNT (BRASIL, 2011).

Baseados no Guia Alimentar para a População Brasileira – material produzido e divulgado pelo Ministério da Saúde (BRASIL, 2014) – o grupo de acadêmicos conduziu as rodas de conversa buscando conhecer, inicialmente, as práticas alimentares da comunidade e, em um segundo momento, possíveis substituições e/ou adaptações no cardápio daquela população objetivando a melhoria na qualidade de vida. No decorrer dos encontros, surgiram ainda demandas espontâneas acerca de doenças crônicas recorrentes, por exemplo, ressaltando a importância e o impacto dessas ações para a saúde individual e coletiva.

O incentivo da equipe da UBS e o envolvimento da comunidade foram fundamentais para a execução da atividade de extensão. A aproximação dos acadêmicos com a população da zona rural permitiu o reconhecimento do trabalho realizado pelas equipes da atenção primária, das particularidades associadas ao território no qual uma população está inserida e da necessidade de egressos com formação ampliada e integrada com as questões sociais.

Em 2019, foi atualizada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por meio do Decreto nº 9.810, representando uma ferramenta para que o Governo Federal alcance "a redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população" (BRASIL, 2019, p. xx).

Para que sejam mitigadas as desigualdades regionais, é imprescindível a intervenção do estado, uma vez que é necessário reconhecer que tais desigualdades ocorrem em múltiplas escalas, sendo, portanto, preciso haver uma integração nacional. Visto que o ambiente tem impacto direto e primordial na saúde individual e coletiva, é necessário que

sejam pensadas estratégias que promovam o desenvolvimento sustentável, que acarretará em ganho econômico, social e de saúde. Deste modo, tendo-se o entendimento de que a alimentação saudável é fator determinante na construção e manutenção da saúde e que o desenvolvimento regional deve ser pautado juntamente ao desenvolvimento sustentável, fica claro que esses três conceitos devem ser abordados em conjunto, visando-se o crescimento e desenvolvimento econômico e social (LIMA, 2006).

Considerações Finais

Ao longo da experiência relatada, percebeu-se que a população do campo que se envolveu com as ações realizadas no projeto não apresenta uma alimentação totalmente saudável, embora parte da alimentação seja oriunda da própria produção familiar e, nestes casos, os alimentos apresentam maior qualidade. Portanto, as ações realizadas foram importantes para a formação de conhecimentos dos agricultores familiares envolvidos nas ações de extensão.

Referências:

BISCARDE, D.G.S.; PEREIRA-SANTOS, M.; SILVA, L.B. Formação em saúde, extensão universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): conexões necessárias entre conhecimento e intervenção centradas na realidade e repercussões no processo formativo. **Interface**, n. 18, v. 48, p. 177-186, 2014.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014. 156 p.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise de Situação de Saúde. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) no Brasil 2011-2022**. Brasília: Ministério da Saúde, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Análise em Saúde e Vigilância de Doenças Não Transmissíveis. **Plano de ações estratégicas para o enfrentamento das doenças crônicas e agravos não transmissíveis no Brasil 2021-2030**. Brasília: Ministério da Saúde, 2020.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. 1. ed.; 1. reimp. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. Decreto nº 9810, de 31 de maio de 2019. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional**. Brasília, 30 de maio 2019.

CZERESNIA, D.; FREITAS, C.M. (org.). **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.

GRISA, C.; TECCHIO, A.; CHECHI, L.A.; SABOURIN, E. As práticas produtivas e alimentares no espaço rural do Oeste de Santa Catarina: a ação pública na busca e na crítica à modernidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**. 2020 fev-mai, v. 28, n. 1, p. 78-108.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário de 2017**. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/>>. Acesso em: 15 abril 2021.

LIMA, Antônio Ernani Martins. A teoria do desenvolvimento regional e o papel do estado. **Revista Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 1, n. 45, p. 65-90, mar. 2006.

NIEDERLE, S. L.; GUILARDI, L. Aspectos gerais do desenvolvimento socioeconômico nas regiões de Santa Catarina. **Revista NECAT - Núcleo de Estudos de Economia Catarinense**. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://necat.ufsc.br/files/2011/10/Sidnei-2013.pdf>. Acesso em: 15 abril 2021.

NUSKE, M.A.; GESSI, N.L.; ALLEBRANDT, S.L.; KELM, M. A saúde e sua relação com o desenvolvimento: um olhar crítico acerca da contribuição da saúde nas múltiplas escalas do desenvolvimento regional. VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, Santa Cruz do Sul, 2017.

PICOLOTTO, E.L. A formação de um sindicalismo de agricultores familiares no Sul do Brasil. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, no 35, jan/abr 2014, p. 204-236

Sobre os autores:

Jane Kelly Oliveira Friestino é Doutora e Mestre em Saúde Coletiva e Professora Adjunta do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Chapecó – UFFS. E.mail: jane.friestino@uffs.edu.br

Ana Paula Barasuol Rodrigues é Acadêmica do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Chapecó – UFFS. E.mail: anabarasuol@hotmail.com

Graciela Soares Fonsêca é Doutora em Ciências Odontológicas e Professora Adjunta da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Chapecó – UFFS. E.mail: graciela.fonseca@uffs.edu.br

Leonardo Moreira Damasceno é Acadêmico do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul campus Chapecó – UFFS. E.mail: leonardomdamasceno@gmail.com

Fabiano Geremia é Doutor e Mestre em Economia. Professor Adjunto da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS campus Chapecó. E.mail: fabiano.geremia@uffs.edu.br